

PARECER DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 1.743, DE 2024, PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.743, DE 2024

Altera o artigo 55 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 - que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, para fins de alterar a nomenclatura da Secretaria-Geral Adjunta, bem como a composição da Diretoria do Conselho Federal da OAB, e acrescenta o parágrafo único ao artigo 57.

Autor: Deputado DOUTOR LUIZINHO

Relatora: Deputada ANTÔNIA LÚCIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.743, de 2024, de autoria do Deputado Doutor Luizinho, altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – para:

- (I) alterar a terminologia da Secretaria-Geral Adjunta para Corregedoria-Geral;
- (II) modificar a composição da diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por meio da criação de dois novos cargos, quais sejam: o cargo de Diretor Administrativo e o cargo de Diretor Executivo, cujas atribuições serão definidas pelo Regulamento Geral da OAB (art. 53 da Lei 8.906/94); e
- (III) facultar, nos Conselhos Seccionais, a criação de outras diretorias temporárias, na forma dos respectivos



Regimentos Internos, de caráter temático, conforme deliberação e conveniência de cada Conselho.

Na justificação, o autor destaca ser necessária a atualização da nomenclatura do cargo de Secretário-Geral Adjunto para Corregedor-Geral, uma vez que “a essência principal da função é a atividade correcional, não sendo órgão eminentemente auxiliar da Secretaria-Geral”, dessa forma seria “mais oportuno e conveniente, até para melhor entendimento das funções exercidas pelo Cargo, proceder com a progressão do nome”.

Além disso, quanto à criação de dois novos cargos na diretoria da OAB Nacional, observa que tal medida representaria “inestimável reforço ao quadro da Diretoria do Conselho Federal, na medida em que contribuiriam para o aprimoramento da gestão da entidade, com atribuições a serem, posteriormente, definidas pelo próprio Conselho Federal”, nos termos do art. 53 da Lei 8.906/94.

Ressalte-se que o projeto sob exame está sendo submetido diretamente ao Plenário, em caráter excepcional, em virtude da aprovação do Requerimento de Urgência nº 4.232/2024. Nesse contexto, passamos a proferir o parecer de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, cumpre-nos a análise, por meio deste parecer, da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do Projeto de Lei nº 1.743, de 2024, conforme os arts. 54, I, 139, II, “c”, e 32, IV, “d”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Em relação à **constitucionalidade formal**, analisamos os aspectos relativos à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.



O projeto de lei versa sobre a estruturação dos órgãos de coordenação e suporte a advocacia, conteúdo inserido no rol de competências privativas legislativas da União, consoante disposto nos arts. 22, XVI, e 133, da Constituição da República.

Revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de projeto de lei ordinária, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para disciplina do assunto. Por fim, é legítima a iniciativa parlamentar, no exercício da competência genérica inscrita no art. 61, *caput*, da Lei Maior, porquanto não incide, na espécie, reserva de iniciativa.

No que diz respeito ao exame da **constitucionalidade material**, não vislumbramos qualquer ofensa aos princípios e preceitos inscritos na Lei Maior. Verifica-se, ademais, o atendimento ao requisito da **juridicidade**, uma vez que a proposição examinada inova no ordenamento jurídico e a ele se harmoniza, além de observar o princípio da generalidade normativa.

Quanto ao **mérito**, entendemos que a matéria se revela oportuna e conveniente e, aproveitamos, nesse ponto, os argumentos levantados pelo Deputado Alfredo Gaspar em seu parecer, apresentado no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em 20/06/2024:

“ (...) o projeto de lei tem por finalidade aprimorar a gestão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), adequando a nomenclatura e criando novos cargos no âmbito da entidade.

Notadamente, o crescimento da classe advocatícia é cristalino, tanto em número de membros, quanto em temáticas relevantes para a atualidade, há uma necessidade de atualização e remodelação dos quadros, a fim de que o Conselho Federal – entidade máxima de representação dos advogados no Brasil – e, conseqüentemente, as Seccionais, possam estar em consonância com as necessidades atuais, de modo a atender melhor a categoria.

Nesse sentido, entendemos serem adequadas as inovações propostas pelo autor. A alteração da terminologia da Secretaria-Geral Adjunta para Corregedoria-Geral mostra-se razoável, se adequando à nomenclatura presente em outros órgãos.



Nessa mesma linha, a modificação da composição da diretoria do Conselho Federal da OAB, criando os cargos de Diretor Administrativo e de Diretor Executivo também se coaduna com o crescimento do número de advogados, tendo o colegiado uma composição mais ampla e representativa. Ademais, mostra-se razoável que as atribuições sejam definidas pelo Regulamento Geral da Advocacia e da OAB, vez que se trata de matéria *interna corporis* da entidade.

Por fim, também se mostra ponderada a medida de se facultar a criação, pelas seccionais, de outras diretorias temporárias, de caráter temático, conforme haja demanda nesse sentido, na forma dos respectivos Regimentos Internos, conforme deliberação e conveniência de cada Conselho. Isso porque as demandas de cada seccional podem ser diversas, não havendo sentido em estabelecer em lei nacional a composição de diretorias temporárias e temáticas.

No que diz respeito à **técnica legislativa**, o projeto adequa-se ao disposto na Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre as normas de redação, elaboração, alteração e consolidação das leis, havendo a necessidade, contudo, de correção do art. 1º, para mencionar a alteração no art. 57 da lei, e de correção no art. 2º da proposição, para inserção dos sinais gráficos indicativos da manutenção dos parágrafos constantes no art. 55 da Lei nº 8.096/94, motivo pelo qual apresentamos o substitutivo em anexo.

Por todo o exposto, nosso voto é pela **constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.743, de 2024, nos termos do substitutivo em anexo.**

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada ANTÔNIA LÚCIA
Relatora

2024-15044



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.743, DE 2024

Altera os artigos 55 e 57 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 - que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) -, para modificar a nomenclatura da Secretaria-Geral Adjunta, bem como a composição da Diretoria do Conselho Federal da OAB, e facultar aos Conselhos Seccionais a criação de diretorias regimentais temporárias.

Art. 1º Esta lei altera os artigos 55 e 57 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 - que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) -, para modificar a nomenclatura da Secretaria-Geral Adjunta, bem como a composição da Diretoria do Conselho Federal da OAB, e facultar aos Conselhos Seccionais a criação de diretorias regimentais temporárias.

Art. 2º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações em seus arts. 55 e 57:

“Art. 55. A Diretoria do Conselho Federal é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário-Geral, um Corregedor-Geral, um Diretor Tesoureiro, um Diretor Administrativo e um Diretor Executivo.

.....” (NR)

“Art. 57.

Parágrafo único. É facultada aos Conselhos Seccionais a criação de diretorias regimentais temporárias, de caráter temático.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada ANTÔNIA LÚCIA
Relatora

2024-15044

Apresentação: 16/10/2024 16:11:16.737 - PLEN
PRLP 1 => PL 1743/2024
PRLP n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242520261000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antônia Lúcia

